



## II SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: entre a teoria e a prática, articulações e resistências

3 a 5 de Julho de 2017, Salvador - BA

Eixo 2. Territórios em Disputa

### OS JOVENS DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU: VIVER E SOBREVIVER EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL NO RECÔNCAVO DA BAHIA

Tiago Henrique Lara Zanette<sup>1</sup>  
Adriana Miranda Pimentel<sup>2</sup>  
Milson dos Anjos Batista<sup>3</sup>

#### RESUMO

Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que vem sendo realizada com jovens que fazem uso dos recursos naturais em uma comunidade tradicional do recôncavo baiano. O estudo de cunho etnográfico baseou-se no acompanhamento de jovens moradores de São Francisco do Paraguaçu, através das práticas laborativas e de tempo livre que realizam no ambiente natural no qual habitam e fazem uso. A comunidade extrativista e quilombola é apresentada do ponto de vista das transformações pelas quais vem passando nas últimas décadas e como estas transformações tem afetado os jovens que lá se situam. Destacamos neste processo, o uso que os jovens fazem dos recursos naturais disponíveis no ambiente e de que modo estas práticas tem relação com as mudanças pelas quais todos, ambiente e jovens, estão envolvidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** jovens; comunidades tradicionais; práticas de uso dos recursos naturais

#### INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla<sup>4</sup> e objetiva apresentar resultados preliminares de um estudo sobre os usos que jovens fazem dos recursos naturais na comunidade de São Francisco do Paraguaçu, Cachoeira, Bahia. A pesquisa

---

<sup>1</sup> Bolsista de Iniciação Científica e estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos – IHAC/UFBA. tiago\_psicologia@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Docente do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos. IHAC/UFBA Universidade da Universidade Federal da Bahia, Brasil, adriana.pimentel@ufba.br; dricapi@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Docente do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil, bam@ufrb.edu.br; milson\_batista@yahoo.com.br.

<sup>4</sup> Projeto de Pesquisa “Juventudes e sustentabilidade na Reserva Extrativista do Iguape”, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, Edital 009/2012 – Articulação em Rede para as Baías da Bahia. Termo de Outorga: N. PET0057/2012.

interdisciplinar intitulada “Juventudes e sustentabilidade na Reserva Extrativista do Iguape”, iniciada em 2013, buscou conhecer as experiências dos jovens moradores desse ambiente natural. Interessa-nos quem são esses sujeitos; que sentidos e significados atribuem à Reserva, bem como o uso que fazem do ambiente e dos recursos disponíveis; de que modo participam e atuam na dinâmica social local; e que perspectivas apresentam para o futuro.

A Reserva Extrativista Baía do Iguape (Resex do Iguape) está situada nas proximidades de Salvador, na região do Recôncavo Baiano, entre os municípios de Maragogipe, Cachoeira, São Felix e Saubara, abrangendo terrenos de manguezais e águas internas brasileiras. Conjuntamente com a Área de Proteção Ambiental da Baía de Todos os Santos (APA da BTS), a RESEX se integra a um conjunto de Unidades de Conservação (UCs) categorizadas como de Uso Sustentável. Na região, existem cerca de 30 comunidades tradicionais que mantêm uma relação histórica na utilização dos recursos naturais presentes neste território (BATISTA & PIMENTEL, 2016a). Os jovens acompanhados ao longo deste estudo tem uma relação intrínseca com os ambientes limítrofes à comunidade de São Francisco e dependem majoritariamente dos recursos naturais presentes nestes ambientes naturais. Neste território exercem parte considerável de suas atividades cotidianas resultantes das formas de organização social que sofrem relação direta com a disponibilidade dos recursos explorados nos fragmentos de Mata Atlântica, nos manguezais e nos ambientes estuarinos que circundam a comunidade.

Este trabalho tem como objetivo apresentar resultados preliminares de um estudo em curso que vem ocorrendo com os jovens da comunidade de São Francisco do Paraguaçu. Busca-se destacar a utilização dos ambientes e recursos naturais presentes no entorno da comunidade. Espera-se com essa produção dar mais visibilidade à situação dos jovens que vivem nestas áreas, trazendo a discussão para o ambiente acadêmico e mobilizando órgãos e diferentes setores da sociedade a pensar na melhoria da qualidade de vida local, garantindo uma permanência digna e respeitosa aos valores comunitários.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

O campo social é um “catar folhas”: alguém que deseja aprender os meandros do culto deve logo perder as esperanças de receber ensinamentos prontos e acabados de algum mestre; ao contrário, deve ir reunindo, “catando”, pacientemente, ao longo dos anos, os detalhes que recolhe aqui e ali (as “folhas”) com a esperança de que, em algum momento,

uma síntese plausível se realizará (GOLDMAN, 2003, p.455). É deste modo, que estamos ao longo de três anos acompanhando jovens de São Francisco do Paraguaçu, local que é tanto parte de uma Reserva Extrativista quanto comunidade quilombola.

A pesquisa de cunho etnográfico, realizada com jovens moradores desta comunidade do recôncavo baiano, tem permitido elaborar uma descrição do espaço local, estabelecer relações mais próximas com os jovens da comunidade e identificar interlocutores acompanhando-os o mais próximo de suas atividades cotidianas. Os jovens foram acompanhados em suas atividades de lazer e de trabalho através de observações que foram registradas em diários de campo ao longo de dois anos mais intensamente, com diferentes períodos de imersão. Além dos diários de campo, foram realizadas imagens dos ambientes, das práticas e dos instrumentos utilizados pelos jovens, conversas informais com moradores, reuniões com lideranças comunitárias, croquis das incursões e localidades visitadas, entre outras técnicas. Este material produzido vem sendo organizado e sistematizado pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa.

## **RESULTADOS PRELIMINARES**

A comunidade de São Francisco do Paraguaçu, por ser uma comunidade extrativista, depende diretamente da exploração dos recursos naturais presentes nos ambientes para sua sobrevivência (BATISTA & PIMENTEL, 2016a). Alguns destes recursos são provenientes de espécies únicas, como, por exemplo, a palmeira *Attalea funifera* (piaçava) que é uma espécie endêmica da Mata Atlântica com distribuição restrita entre os estados da Bahia e Alagoas (BATISTA et al, 2016). Assim, o convívio destas comunidades locais com os ambientes e as espécies que a circundam deu-se ao longo do tempo, em um processo de apreensão do conhecimento destes ambientes pelos povos que ali habitaram, resultando em formas próprias de organização social, costumes, crenças, tradições, uma relação de indissociabilidade destes sujeitos com os ambientes naturais no seu entorno (BATISTA & PIMENTEL, 2016b).

Esse território possui uma rica biodiversidade e constantemente é alvo de disputas territoriais que se sobrepõem às demandas dos pescadores/quilombolas/extrativistas locais que ocupam há séculos essa região. A implantação de empreendimentos como a barragem da Pedra do Cavalo, Estaleiro Naval, entre outros, tem gerado muitas implicações e mudanças no ambiente natural e transformado a vida dos moradores

(PROST, 2010; ZAGATO, 2013). A criação da Resex neste território (BRASIL, 2000) tornou-se um importante instrumento jurídico no combate à pesca predatória e uma estratégia política para atrair a atenção do Governo Federal para a região (ZAGATO, 2013).

“A problemática que emerge deste processo configura-se por evidenciar uma especificidade territorial que desencadeia um processo de formação de territórios articulados (terra e água) que é muito complexo, envolvendo uma gama muito grande de agentes e interesses, geradores de inúmeros conflitos” (KHUN, 2009, p.10).

O trajeto até a Comunidade é marcado ainda pelos resquícios da colonização (LEITE, 2000). Em meio às demais comunidades quilombolas, mais ou menos 30 identificadas na região, há ruínas de velhos engenhos e igrejas, bem como uma extensa área de plantações que se aperta entre a Mata Atlântica, de um lado, no qual o solo pedregoso não permite plantar e, do outro, os ambientes estuarinos, formados no encontro do rio Paraguaçu com o mar da Baía do Iguape, que dá origem aos manguezais. São Francisco é a última comunidade desse percurso. Trata-se de uma comunidade remanescente quilombola, que após a abolição da escravatura e desativação dos engenhos de cana de açúcar, os homens escravizados desceram da mata para as proximidades de uma obra: o Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, constituindo assim o pequeno vilarejo (FRAGOSO, 2004).

“Com o término da escravidão, os quilombolas que estavam no Alamão, no Boqueirão, no Caibongo, deslocaram-se para a região mais baixa, em busca de melhores condições de vida. O mar e o manguezal estavam nessa região, suas mercadorias só podiam ser vendidas na vila. Entretanto, a situação de vida não melhorou. Pelo contrário, com a legalização do usucapião, ao temer a perda de suas terras, os proprietários começaram a expulsar os posseiros” (BRASIL, 2007, p 26).

Os conflitos por terra e uso dos recursos naturais ainda é algo preocupante e que faz parte da vida cotidiana na Comunidade, algo que temos acompanhado e registrado neste percurso nos encontros, reuniões e conversas com lideranças e moradores locais.

Atualmente, a comunidade já tem uma aparência mais urbana, ruas calçadas, iluminação, tratamento de água, escolas, policiamento, muitas igrejas de diferentes doutrinas que se misturam a uma arquitetura tradicional, ancestral, com casas de taipa, ruas de terra, antigos terreiros, uso intensivo de animais para a realização das atividades e de produtos extraídos da mata, do rio ou das “roças da comunidade”. Uma bica de água a qual fazem

uso para funções domésticas, sem contar que o espaço todo é rodeado de Mata Atlântica, pastagens e manguezais, transformando o território em uma significativa produção material, social e identitária. É possível notar a convivência e os conflitos decorrentes deste momento de transição, entre um modo de viver de uma comunidade pequena, extrativista, para outras formas mais urbanas e contemporâneas que também se aproximam cada vez mais. Esta transição é visível em alguns dos instrumentos e costumes. Por exemplo, nas embarcações, a utilização do remo vem sendo substituído pelo uso do motor; a carroça de tração animal substituída pelo automóvel, as motocicletas utilizadas para deslocamentos em detrimento dos jegues. No entanto, a face mais visível das mudanças e transformações atuais nesta comunidade se apresenta entre os jovens, na utilização de equipamentos modernos, tais como computadores portáteis e *smartphones*, massivamente empregados para comunicação através do uso da internet e a presença de redes *wifis*. Entre estes jovens, o uso de redes sociais é intenso e bastante visível na comunidade, inclusive pontos de conexão usados em grupo são prontamente identificados quando se chega no local. Carneiro (2007) fala na fronteira entre o rural e o urbano, na qual uma parcela de jovens, indicada em seus estudos, está aproveitando “*o melhor dos dois mundos*”. Aproveitar o melhor dos dois mundos seria pensar no manejo que esses jovens fazem com as ferramentas dispostas nas circunstâncias atuais, sem perder a memória passada pelos mais velhos na extração sustentável das riquezas naturais. Deste modo, é necessário conhecer os jovens locais, assim como os sentidos atribuídos por eles nos espaços em que habitam, como constroem identidades, desenvolvem seus projetos de vida, e refletir sobre as transformações pelas quais todos estão envolvidos, jovens e o ambiente.

Acompanhar os jovens, descrever e sistematizar suas práticas cotidianas tem permitido uma compreensão melhor do território, de como a comunidade tem se estruturado/sobrevivido a partir de investimentos externos, através de programas governamentais, assim como dos próprios recursos provenientes do ambiente, dependentes das estações do ano, ciclos frutíferos e mudanças das marés.

Entre os jovens de São Francisco do Paraguaçu, ao longo do período de campo, duas categorias nos pareceram mais evidentes: a) jovens que realizam o trabalho de extração dos recursos nos diferentes ambientes naturais, mas não dependem deste trabalho para sobrevivência; b) e aqueles que não tem opção de escolha, entre ir para os ambientes naturais ou exercer outra atividade que não seja de cunho econômico, e que mantém uma

rotina de trabalho no território. Os primeiros buscam suprir alguma necessidade pessoal momentânea: como comprar roupas novas, dinheiro para uma festa, adquirir um aparelho celular melhor, pois a melhoria de vida na comunidade em função dos programas e benefícios sociais nos últimos anos tem suprido as necessidades básicas da família e, de alguma forma, eles podem optar ou não por este tipo de trabalho. A outra categoria destina-se aos jovens que extraem diferentes recursos diariamente do ambiente natural para sua subsistência. Estes são o principal foco desta pesquisa. Um aspecto que influencia na obrigatoriedade de uma rotina de trabalho para estes jovens é o lugar que ocupam no núcleo familiar. A maioria dos jovens acompanhados é casado, proveniente de famílias de baixa renda, pardos e negros, e grande parte assume a responsabilidade pela sobrevivência do grupo familiar. A média de idade fica entre dezenove a vinte e sete anos, com grau de escolaridade baixo, até o quarto ano do ensino fundamental. Estes jovens dependem majoritariamente dos recursos disponíveis no ambiente natural. Essa dependência molda o uso que fazem do ambiente e suas práticas. Dentre estas práticas, estão: a extração de madeira de diversas espécies vegetais, para usos variados, tais como cozinhar alimentos, construção de casas e cercas, pontes, ferramentas, etc. Há, também, a coleta de fibras de piaçava, extraídas das palmeiras presentes nos remanescentes de Mata Atlântica da qual se confeccionam telhados, vassouras, entre outros usos. Santos & Batista (2015), estudando os recursos florestais utilizados pela comunidade de São Francisco, revelam que a piaçava é um dos recursos mais relevantes para manutenção econômica de parte considerável dos extrativistas da comunidade. Há, também, a coleta de frutas específicas em cada estação do ano, utilizadas tanto para o consumo próprio como para comercialização. A agricultura familiar é mantida pelo plantio da mandioca, milho, amendoim, abóbora, entre outros. Há também a extração de terra para diferentes tipos de construção e/ou outras situações.

Nos ambientes estuarinos nas águas abrigadas da Baía do Iguape as principais atividades produtivas estão relacionadas à pesca com utilização de diferentes técnicas e petrechos. Nas florestas inundadas, manguezais, são coletados crustáceos e mariscos, atividade denominada mariscagem. Estas atividades de pesca e mariscagem envolvem o emprego de técnicas altamente sofisticadas por estes extrativistas (BATISTA & PIMENTEL, 2016b).

Essas atividades citadas se mesclam durante a rotina diária desses jovens e desempenham um importante papel, tanto para consumo direto da extração, quanto pela renda retirada da venda dessas riquezas e a continuidade de um ciclo econômico local.

Nossas percepções compartilham com outros estudos realizados com jovens em situação similar, estes que também exercem variadas funções para sobreviver nestes ambientes. Por exemplo, um estudo de Deggerone (2014) refere que: “as oportunidades e estratégias de obtenção de rendas complementares, nas atividades agropecuárias (pluriatividade), e a inserção de novas atividades (agroindústrias familiares) favorecem a atuação do jovem no desenvolvimento das atividades agrícolas” (p 377), executando uma gama de tarefas diferentes numa relação intrínseca com o ambiente.

Além das atividades laborativas, os jovens também fazem uso do ambiente para práticas de lazer e tempo livre, de diferentes formas: a mata, de onde extraem os recursos, é também onde se encontram para jogar futebol, tomar banho nas cachoeiras e caçar; no mangue, de onde retiram os recursos pesqueiros, também se divertem com brincadeiras e jogos de diferentes tipos, como “pega-pega”, como eles referem, também desfrutam do Porto para nadar nos fins de tarde depois do trabalho. Assim, parte considerável de suas atividades e formas de organização tem relação direta com a disponibilidade dos bens oriundos da mata e das águas.

Essa relação sujeito-recurso se torna co-dependente e a extração vai depender do manejo sustentável que os jovens exercem no ambiente e da gama de riquezas naturais existente para dar continuidade ao ciclo de sobrevivência local. Apesar da insuficiente infraestrutura da Comunidade, essa parcela de jovens pretende continuar habitando e trabalhando extraindo os recursos na região. A participação política efetiva dos jovens, em particular os que estão diretamente envolvidos na extração dos recursos, em reuniões de conselhos, fóruns de discussão, entre outros espaços de decisão, ainda é ínfima e impacta diretamente na tomada de decisões e mudanças pelas quais passa a comunidade e o ambiente na qual se insere.

O território habitado tem função essencial na formação dos valores culturais, éticos e identitários dos sujeitos, formação essa que está em constante movimento e é ressignificada continuamente devido a elementos externos e também internos à Comunidade, organizando e desorganizando a dinâmica social de acordo com os novos modos de viver nesses ambientes, mas preservando uma identidade quilombola-extrativista.

Valentin et al (2010) relaciona a vivência ao território de forma simbólica, refletindo sobre a mudança geracional e a importância do território para transmissão de saberes de uma herança compartilhada de uso dos recursos locais. Refere que as transformações territoriais relatadas pelos participantes de sua pesquisa, que são homens e mulheres quilombolas de uma região do Espírito Santo, aparecem para a maioria como intrinsecamente ligadas às alterações ambientais das últimas décadas e à chegada das empresas e do agronegócio na região, estabelecendo uma distância entre a geração entrevistada e a juventude atual local. Na primeira, objetivada pela perda concreta de seu espaço de transmissão de conhecimento e de formas de subsistência; na segunda, pela impossibilidade de ter a mesma experiência do espaço. Assim, o autor prevê o fim da cadeia de transmissão oral de saberes que acompanhava há muito as comunidades, bem como a impossibilidade das mesmas vivências de subsistência ou lazer no ambiente. No estudo que estamos desenvolvendo, acreditamos que há implicações severas para o ambiente e para os modos de viver nestas áreas em função de todos estes elementos apresentados, que tem contribuído enormemente para as mudanças neste cenário. Porém, também temos refletido sobre os processos que, de algum modo, tem permitido uma maior percepção do ambiente, sobre a importância de diferentes espaços de interlocução com órgãos, universidades, movimentos sociais, entre outros, e de melhorias em setores, como educação, que tem favorecido a inserção dos jovens em escolas mais preparadas e no ensino superior, espaços estes que tem estreitado o diálogo e melhorado a compreensão sobre o que é ser quilombola, extrativista, jovem de uma comunidade do recôncavo baiano.

Acompanhar as atividades cotidianas dos jovens locais é revelar a diversidade dessa categoria e refletir sobre os impactos das mudanças ambientais e os significados atribuídos a elas. “Destacar as práticas desses jovens no espaço com qual interação, não na qualidade de mero cenário, mas sim como produto da prática social acumulada desses agentes e também como fator de determinação de suas práticas, constituindo, assim, a garantia (visível, pública) de sua inserção no espaço” (MAGNANI, 2007, p.19).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por mais que o trabalho tenha esse intuito de dialogar com outras pesquisas voltadas para a juventude rural, extrativista, quilombola, as produções acadêmicas ainda são ínfimas. Como ressalta Carneiro (2007), essa invisibilidade se traduz na insuficiência de projetos para permanência dos jovens nestas áreas. Weisheimer (2013) reitera essa afirmação

dizendo que “a invisibilidade social nega ao "outro" o direito ao reconhecimento e à identidade social” (p.23). Isso faz com que a juventude rural tenha seus direitos básicos negados, começando por sua formação identitária, pelo não reconhecimento como sujeito social, perpassando pela negligência do Estado, não os incluindo na agenda governamental, aumentando então o processo de migração e precarizando os meios de sustentabilidade e permanência no campo.

Essa pesquisa tem permitido uma aproximação maior com os jovens que habitam a comunidade de São Francisco do Paraguaçu, lançando um olhar para o cotidiano e as narrativas possíveis sobre um modo de viver neste lugar. Tem possibilitado também, um diálogo mais estreito com moradores, lideranças e órgãos sobre a situação dos jovens que vivem nestas áreas com o intuito de desenvolver ações futuras que possam contribuir com o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e a melhoria da qualidade de vida local.

## **BIBLIOGRAFIA**

BATISTA, M.A; PIMENTEL, A.M. 2016a. Sustentabilidade e Juventudes: uma experiência de pesquisa interdisciplinar. In: COELHO, M.T.D; TEIXEIRA, C.F.S (Orgs). *Interdisciplinaridade na Educação Superior: o Bacharelado em Saúde*. EDUFBA, Salvador, BA. p.159-174.

BATISTA, M.A.; PIMENTEL, A.M. 2016b. Desenvolvimento sustentável e comunidades tradicionais: o desafio de uma pesquisa interdisciplinar In Memórias. 10º. *Congreso Internacional de Educación Superior*. Universidad Havana: Distribuidora Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica.

BATISTA, M.A; SANTOS, I.A.A; PIMENTEL, A.M. 2016. Manejo de Florestas Nativas no Brasil: o que sabemos? In: In Memórias. 10º. *Congreso Internacional de Educación Superior*. Universidad.Havana: Distribuidora Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográfica.

BRASIL. *Decreto de 11 de agosto de 2000. Cria a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape*. 2000

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária Superintendência Regional da Bahia *Relatório Antropológico Quilombo de São Francisco do Paraguaçu*. – SR-05, Salvador, BA, Dezembro/2007.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de et. al. (Orgs.) *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: MauD X, 2007. p. 53- 66

DEGGERONE. Z. A, LAROQUE. L. S., BARDEN, J. E. Agricultura familiar: O trabalho dos jovens na gestão e produção de um modo de vida na região Alto do

Uruguai. ISSN: 1984-8501 *Bol. Goia. Geogr. (Online)*. Goiânia, v. 34, n. 2, p. 367-379, maio/ago. 2014

FRAGOSO, Hugo. *São Francisco do Paraguaçu. Uma história sepultada sob ruínas*. Salvador:Eletrônica, 2004.

GOLDMAN, Márcio. 2003. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, (46)2.

KHUN, E. R. A. *Terra e Agua: território dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu- Bahia*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354

MAGNANI, José Guilherme Cantor e Bruna Mantese de SOUZA (Orgs.). *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007

PROST, C. 2010. Resex marinha versus pólo naval na Baía do Iguape. *Novos Cadernos NAEA*. (1)13:47-70.

SANTOS, I. A. A.; BATISTA, M. A. 2015. Recursos florestais utilizados pelas comunidades extrativistas da Reserva Extrativista do Iguape In *Anais IX Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFRB*.Cruz das Almas:Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

VALENTIM, R.; TRINDADE, Z.A.; SMITH MENANDRO, M.C. Memórias sociais de juventude entre quilombolas do norte do Espírito Santo. *Revista Psicologia & Sociedade*. N.22, v..2, p. 279-287, 2010.

WEISHEIMER, N. Sobre a Invisibilidade Social das Juventudes Rurais. *DESIDADES. Revista Eletrônica de Divulgação científica em Infância e Juventude*, v. 1, p. 22-27, 2013.

ZAGATTO, B. P. 2013. Sobreposições territoriais no Recôncavo Baiano: a reserva extrativista Baía do Iguape, territórios quilombolas e pesqueiros e polo industrial naval. *RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas*, v. 7, n. 2, p. 13-32.